



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Nota Cosit/Sutri/RFB nº 336, de 3 de agosto de 2021.

Interessada: Ministério de Minas e Energia

Assunto: Análise de temas tributários constantes do Complemento -Anexo II - Planilha (SEI nº 16200947)

e-Processo nº 10265.422467/2021-92

Trata-se do Ofício nº 214/2021/SE-MME (16200945), de 02/06/2021, por meio do qual o MME informa sobre a realização de consulta pública, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2021, relativa ao "Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos (Promar)", instituído pela Resolução do Conselho Nacional de Política Energética nº 10/2020, cujos objetivos "contemplam a criação de condições para a revitalização dos campos marítimos maduros e de melhores condições para o aproveitamento econômico de acumulações de petróleo e gás natural consideradas como de economicidade marginal".

2. Solicita-se no mencionado ofício "a análise dos temas afetos a esse Ministério da Economia (ME), constantes da Planilha - Anexo II (SEI nº 16200947), que foram coletados durante a consulta pública".
3. A esse respeito, esta Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil foi instada a se manifestar, no âmbito de sua competência, pela Diretoria de Produtividade, Concorrência e Comércio Exterior da Secretaria Executiva. Transcreve-se a seguir os temas e medidas propostas constantes da planilha, os quais contêm matéria afeta à RFB:

Tema 23 – Legislação

Flexibilização para importação de FSOs/FPSOs, em Regime Temporário (Repetro-Sped) para empresas do mesmo grupo econômico.

(...)

Ampliação das opções de Equipamentos elegíveis ao Benefício do Repetro-Industrialização (Anexo I e Anexo II – IN RFB 1781) fomentando a aderência de mais fornecedores ao regime/benefício.

Tema 39 – Tributação

Alteração da IN RFB nº 1.781/2017, precisamente adicionando o § 8º ao final do Artigo 3, conforme abaixo

“Ar. 3º (...)

§ 8º A modalidade de importação prevista no inciso IV do art. 2º poderá ser aplicada às plataformas de produção e às unidades flutuantes de produção e

estocagem de petróleo e gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, classificadas nos códigos 8905.20.00 ou 895.90.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), relacionadas no Anexo I desta Instrução Normativa, desde que atendidos os requisitos e formalidades para sua concessão, inclusive aqueles previstos no § 4º, e verificada uma das seguintes condições:

I - o contrato de afretamento, de locação, de cessão, de disponibilização ou de arrendamento do bem esteja combinado com o serviço de operação da plataforma ou unidade flutuante e que as empresas fretadora e prestadora de serviços contratada não sejam vinculadas à operadora contratante; ou

II – o bem se destine à utilização temporária em ...

Tema 47 – Tributação

Embora a legislação do Repetro-Sped permita a permanência de bens sob o regime durante o período de descomissionamento, ela impede a utilização econômica dos mesmos. Ou seja, o regime não alcança bens empregados especificamente para o desempenho das atividades de descomissionamento, mas apenas aqueles que estavam voltados à produção e tiveram a sua utilização interrompida por ocasião do início das atividades de descomissionamento.

Tema 48 – Tributação

Autorização legal expressa da possibilidade de creditamento de PIS/COFINS e dedutibilidade dos gastos com garantias contra abandono exigidas pela ANP.

Tema 18 – Tributação

Viabilizar mecanismo para solicitação de restituição ou compensação direta similar ao previsto para álcool na IN 1911.

4. Em relação ao tema 23, há que se ter em mente que o art. 3º da IN RFB nº 1.781, de 2017, em seu § 4º, inciso I, dispõe que não se aplica o regime de admissão temporária para utilização econômica, com ou sem dispensa do pagamento dos tributos federais proporcionalmente ao tempo de permanência dos bens no território aduaneiro, quando o valor total das contraprestações decorrentes do contrato de afretamento a casco nu, de locação, de cessão, de disponibilização ou de arrendamento, ajustados a valor presente pela taxa *London Interbank Offered Rate* (Libor) vigente na data de assinatura do contrato, pelo prazo de 12 (doze) meses, seja superior ao valor dos bens vinculados ao respectivo contrato, inclusive quando se tratar de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

5. Note-se, no que tange à renúncia de receitas, que o aludido dispositivo da IN RFB nº 1.781, de 2017, está em consonância com o disposto no inciso II do caput do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), transcritos a seguir:

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

(...)

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

(...)

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

6. Quanto ao tema 39, verifica-se que a medida proposta foi contemplada pela IN RFB nº 1.880, de 2019, que incluiu os incisos I e II no § 8º do art. 3º da IN RFB nº 1.781, de 2017.

7. Na questão relativa ao descomissionamento proposta no tema 47, nos termos da legislação em vigor, uma das condições necessárias para aplicação do regime é a utilização dos bens exclusivamente nas atividades de pesquisa e produção de petróleo ou gás, observado o termo final. Por conseguinte, não cabe permitir, por meio de Instrução Normativa RFB, que os

bens empregados especificamente para o desempenho das atividades de descomissionamento sejam alcançados pelo regime.

8. Antes de analisarmos os temas relacionados à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, salientamos que já existem benefícios para esse setor relativos às contribuições. Cite-se o Repetro-Industrialização, um regime especial que permite a aquisição no mercado interno com suspensão do IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e a importação com suspensão do Imposto de Importação, IPI vinculado à importação, Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação, de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem para serem utilizados integralmente no processo produtivo de produto final destinado às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

9. O tema 48 propõe autorização legal expressa para a apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre gastos com as garantias contra abandono exigidas pela ANP. A criação de mais uma hipótese de creditamento é medida que aumenta a complexidade do sistema tributário, além de promover tratamento diferenciado a contribuintes em situação de equivalência. O oferecimento de garantias é despesa comum a outros contratos na área de infraestrutura, e não há previsões específicas de créditos das contribuições sobre esses gastos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins estão previstos de forma exaustiva no art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e no art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003.

10. Por outro lado, aconselha-se que medidas tomadas para fomento econômico dos setores devem ser adotadas com transferência direta de recursos, de forma transparente e necessário controle dos gastos. Benefícios tributários se notabilizam pela menor transparência, e tendem a permanecer indefinidamente no ordenamento jurídico. Outrossim, tais medidas aumentam a complexidade do sistema tributário e, por isso, os custos de conformidade tributária.

11. Ressalte-se que, para criar o crédito em comento, seria necessário elaborar **prévia** estimativa de impacto orçamentário-financeiro e indicar as medidas para reequilibrar o orçamento público federal, visto tratar-se de uma medida que gera renúncia de receitas para o Governo, tudo conforme exigido pelo *caput* do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**. Do mesmo modo, deve-se observar as limitações impostas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2021, que é a Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020.

12. No que se refere ao tema 18 (restituição ou compensação de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins), cabe observar que o problema da acumulação de créditos ocorre em diversos setores econômicos, o que demanda adoção de medidas generalistas para resolução do problema, e não implementação de medida pontual que, conquanto possa amenizar o problema para um único setor econômico, acaba por tornar extremamente complexo o sistema tributário nacional.

(Fl. 5 da Nota Cosit/Sutri/RFB nº 336, de 3 de agosto de 2021.)

13. A criação de procedimento especial de ressarcimento, por sua vez, é medida de exceção, que depende de alterações normativas, devendo ser aplicada com cautela, com base em estudos criteriosos que levem em consideração, entre outros aspectos, o impacto no fluxo de caixa da União e nas atividades da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

14. Esses são os esclarecimentos sobre os temas encaminhados a essa Coordenação.

Assinatura digital

OLGA KOSTOUROS

Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil

Assinatura digital

CARLOS EDUARDO DE CARVALHO ROMÃO

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se à Coordenação de Tributação Internacional (Cotin).

Assinatura digital

ANDRÉ RICARDO PIMMGSTORFER BERANGER

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Chefe da Dicex

De acordo. Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Tributação (Cosit).

Assinatura digital

CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL M. SILVA

Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Coordenadora da Cotin

Assinatura digital

RAUL KLEBER GOMES DE SOUZA

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Coordenador substituto da Cotri

Aprovo a Nota. Encaminhe-se à Subsecretaria de Tributação e Contencioso (Sutri).

Assinatura digital

FERNANDO MOMBELLI

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Coordenador-Geral da Cosit



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por IRANI PELICIONI ISHIRUJI em 03/08/2021 16:30:00.

Documento autenticado digitalmente por IRANI PELICIONI ISHIRUJI em 03/08/2021.

Documento assinado digitalmente por: FERNANDO MOMBELLI em 19/08/2021, RAUL KLEBER GOMES DE SOUZA em 04/08/2021, CARLOS EDUARDO DE CARVALHO ROMAO em 04/08/2021, CLAUDIA LUCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA em 04/08/2021, ANDRE RICARDO PIMMINGSTORFER BERANGER em 03/08/2021 e OLGA KOSTOUROS em 03/08/2021.

Esta cópia / impressão foi realizada por KARINE GUEDES DE VASCONCELLOS em 04/09/2021.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP04.0921.12342.733I

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

9F6A26B9085CCAF18C8A5DD5288009AC82A51DAE526D989055F1232BF34C3B2A